

Como a nova economia pode promover a inclusão dos “noholders”

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Discutido globalmente, o termo refere-se ao contingente de pessoas que possuem trabalhos informais e têm baixa renda

A nova economia, ou a nova lógica de mercado que deixa de se concentrar em produtos para priorizar serviços e experiências, tem sido globalmente confrontada pela necessidade de inclusão de um contingente de invisíveis do ponto de vista econômico e, portanto, excluídos desse movimento, os chamados “noholders”.

Só no Brasil, de acordo com dados da FGV Social, mais de 27 milhões de pessoas estavam na pobreza em 2021, o que significa que 13% da população vivia com até R\$ 290 por mês. Segundo levantamento recente do IBGE, a taxa de desemprego no primeiro trimestre deste ano ficou em 11,1%. Levando em conta a população ocupada, o índice de informalidade chegou a 40,1%. Na América Latina, estima-se que o número de pessoas em extrema pobreza no ano passado atingiu a marca de 86 milhões, conforme aponta o Panorama Social da América Latina, elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Desta forma, cresce a necessidade de pensar maneiras sustentáveis de transformar os “noholders” em stakeholders (parte relacionada). Na visão de Elias Sfeir, presidente da Associação Nacional dos Bureaus de Crédito (ANBC), esse é o único caminho capaz de permitir que essas pessoas tenham acesso a todos os benefícios econômicos e sociais da nova economia, dado o nível de desigualdade e de excluídos da plena cidadania na América Latina. E para o executivo, experiências do mercado de crédito podem auxiliar nesse processo, como é o caso do Cadastro Positivo.

“Estudo da ANBC apontou que a entrada do setor de telecomunicações no Cadastro Positivo permitiu a inclusão financeira de mais de 12,5 milhões de consumidores e empresas, ou seja, potenciais tomadores de crédito que eram invisíveis para as instituições financeiras. Esse resultado só foi possível com o alinhamento entre legislação, agências reguladoras e associações setoriais, além da consciência do setor privado do benefício socioeconômico aos clientes e comunidades em que operam, e dos birôs de crédito, que investem na oferta de soluções para a análise de crédito”, detalha.

Segundo Sfeir, com base nesse modelo, é possível mover os excluídos para a condição de participantes ativos na economia por meio de algumas ações que reúnam setor privado, governo e sociedade. “É preciso que as empresas se conscientizem de que esse tipo de iniciativa é boa para a imagem da companhia, tendo impactos positivos em seus resultados”, afirma.

“Já os governos, ao manter sua regulação alinhada ao mercado, proporcionam segurança jurídica e bem-estar social, diminuindo os custos do Estado com programas assistenciais, enquanto a sociedade ganha com a chegada de novos agentes que passam a exercer seus direitos de cidadãos, o que promove a evolução educacional e econômica como um todo, aprimorando as ações para a equidade social. Mais do

que incluir os 'noholders', essas medidas tendem a maximizar os resultados da nova economia, o que irá beneficiar a todos a longo prazo", finaliza o presidente da ANBC.